

Pelo que foi apresentado até aqui, não resta dúvida que Preobrazhensky procurou refletir a respeito da economia soviética tendo como elemento orientador a necessidade do cumprimento de um período durante o qual atividades capitalistas deveriam ser efetivadas. Encontra-se, assim, sua concordância com as formulações da teoria da revolução permanente quando decide abandonar a idéia de uma passagem direta ao socialismo por reconhecer que tarefas burguesas deveriam ser empreendidas sob condução do próprio proletariado num Estado operário. Esta preocupação norteia a projeção de seu modelo, e foi dada a oportunidade de percebê-lo pelo que foi acima descrito.

Repelindo a postura que conclui pela homogeneidade dos elementos econômicos internos, Preobrazhensky coloca numa posição de notável destaque a antinomia desses elementos, chamando a atenção, sempre em primeiro lugar, para o conflito e a oposição presentes internamente. O conflito não é visto num clima pessimista ou como algo que poderia ser evitado, optando-se, então, por outro caminho em que ele não estivesse presente, conclusão a que chegara, como já se viu, ao avaliar o Comunismo de Guerra. Pelo contrário, a heterogeneidade passa a ser adotada como inevitável e positiva para a conquista do verdadeiro socialismo. Evidentemente, ela não é adotada extemporaneamente, como se representasse um artificialismo teórico, mas, antes de tudo, refletia para Preobrazhensky as verdadeiras condições socio-econômicas impostas pelo desenvolvimento histórico.

Ao romper com a harmonia, Preobrazhensky, entretanto, dará ênfase desmesurada ao conflito, prejudicando com isso um fechamento aceitável para seu modelo. Se corretamente incorporara a dialética econômica da transição, por outro lado, insistiria demasiado na oposição entre os elementos econômicos, acabando por negar a própria dialética da unidade de opostos cujo desfecho por meio de determinada síntese seria de se esperar.

O traço distintivo da formulação de Preobrazhensky é a **separação** entre os setores socialista e mercantil-capitalista da economia soviética. Chega mesmo a admitir que as atividades mercantis participam formalmente do sistema econômico, o que, pensa-se, leva-o a concluir que o trânsito entre os dois segmentos ocorreria quase exclusivamente por meio da iniciativa estatal. Quer dizer, o mercado, atuando isoladamente, só teria função para a acumulação socialista no sentido de fonte fornecedora de sobreproduto. E, além disso, esse isolamento tem fortes conotações

de auto-suficiência, como a admitir que o mercado geraria este sobreproduto ao setor estatal sem vincular-se a ele. De modo que, para além do isolamento, dificilmente a lei do valor poderia ter importância para a organização da economia socialista. Por exemplo, a capacidade desta em apresentar-se referencialmente para que as unidades econômicas estatais mediassem sua eficiência está praticamente descartada em Preobrazhensky.

Em outras palavras, pode-se dizer, que rejeitando a harmonia, a tendência de Preobrazhensky é de reabilitá-la em seu modelo. Isto porque a qualificação da separação dos dois setores tem mais o significado de exclusão. Nesse sentido, ocorre o viés ao projetar unilateralmente a constituição do setor estatal com o significado de totalidade, como se a antítese já estivesse resolvida de ante-mão. É anulada a dialética imanente à presença desses dois setores opostos na direção da construção do socialismo. Ao revés, o setor socialista-estatal passa a adquirir uma autonomia que dificilmente seria permitida na situação de um país relativamente atrasado. Em vista disso, a tendência à instalação da harmonia advém da forte inclinação de exclusão das atividades mercantis-capitalistas como membros legítimos do sistema, mesmo que em condições de subordinação. Explique-se, essa legitimidade está associada ao caráter de transição do sistema, o qual deve expressar um conteúdo misto.

Essa irônica postura, que parte do reconhecimento dos opostos para concluir inadvertidamente por uma unidade em dissonância com as reais características das relações de produção, tem mesmo uma preocupação de harmonizar a atividade econômica por força de um impositivo teórico que guarda relação, na verdade, com a caracterização do autor a respeito da evolução do modo de produção capitalista na altura da segunda década do século 20.

Na visão de Preobrazhensky, tendo "(...) a economia estatal do proletariado (...) surgido historicamente 'sobre as bases do capitalismo monopolista', precisa somente aplicar a técnica capitalista do **preço de monopólio** para impor 'outra forma de tributação' sobre o setor privado. Como um truste dos trustes, a indústria estatal poderia elevar seu próprio ritmo de desenvolvimento ditando quaisquer que sejam os termos de troca que forem necessários com a agricultura. Um sistema planejado, de trocas não-equivalentes, geraria a transfusão requerida de recursos sem esperar até o crescimento voluntário das poupanças dos camponeses. (...)"¹³⁰

¹³⁰ DAY, 1988, op. cit., p. 22. Grifos no original.

Essa caracterização do desenvolvimento do capitalismo tem implicação direta com a qualificação efetuada a respeito da importante questão da *concorrência*. Aliás, esta é uma questão a respeito da qual ocorreram acirrados debates entre 1917 e 1920, e colocaram em posições opostas Lenin, de um lado, e Bukharin e Preobrazhnesky, de outro. Os debates tiveram como pano de fundo a interpretação do capitalismo em sua etapa imperialista. Desta interpretação se seguia uma indispensável caracterização deste modo de produção a partir da qualidade da concorrência com as conseqüentes conclusões que deveriam ser extraídas. Estas remetiam ao desfecho da revolução socialista colocada objetivamente em perspectiva naquela oportunidade.

Embora todos tivessem chegado à conclusão unânime quanto ao reconhecimento de que a tendência monopolística da economia capitalista transformara-se em realidade, passando a predominar amplamente sobre a livre concorrência, a discordância surgira no que tange ao *grau* da monopolização e às possíveis conseqüências oriundas da ênfase implícitas a cada visão. Lenin, por seu lado, afirmava que o traço distintivo do capitalismo em seu estágio imperialista, em sua fase superior, era o predomínio do monopólio, o que, entretanto, não significava o fim da concorrência; esta tivera sua forma transformada de livre concorrência em concorrência monopolista. E passara a predominar tanto a nível dos capitais internos a um país, quanto no que tange às relações entre os países capitalistas:

*"(...) A concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um imenso progresso na socialização da produção. E, particularmente, no domínio dos aperfeiçoamentos e inovações técnicas. Já não se trata, de modo algum, da antiga livre concorrência entre empresários dispersos que não se conheciam uns aos outros e que produziam para um mercado desconhecido. (...) O capitalismo, chegado à sua fase imperialista, conduz à beira da socialização integral da produção; ele arrasta os capitalistas, seja como for, independentemente da sua vontade e sem que eles tenham consciência disso, para uma nova ordem social, **intermédia** entre a livre concorrência e a socialização integral. A produção torna-se social mas a apropriação continua privada. Os meios de produção sociais permanecem propriedade privada de um pequeno número de indivíduos. O quadro geral da livre concorrência, **que se reconhece nominalmente**, subsiste e o jugo exercido por um punhado de monopolistas sobre a restante população torna-se cada vez mais pesado, mais sensível, mais intolerável. (...)"¹⁸¹*

De sua parte, Preobrazhensky passava a afirmar com a publicação de *A nova econômica* que o fenômeno da monopolização atingira o conjunto das principais nações capitalistas definitivamente, mas enfatizava que o monopólio praticamente

¹⁸¹ LENIN. W. I. *Imperialismo fase superior do capitalismo*. op. cit., p. 25. Grifos meus.

substituiu a concorrência e, conseqüentemente, anulava a ação da lei do valor dentro mesmo dos Estado-nações e no universo mercantil como um todo. Tal afirmação tem importância substantiva para a elaboração de seu modelo de desenvolvimento do socialismo, pois, com o (quase) desaparecimento da lei do valor nos países capitalistas, cria-se uma nova situação em que o Estado chama para si a função de organização da economia, assim, substituindo o próprio capitalista privado:

*"(...) com o desenvolvimento das tendências monopolistas do capitalismo termina o período ideal da livre concorrência burguesa. Os principais ramos da produção dos maiores países capitalistas são invadidos por poderosos trustes, ou de todo jeito, aparecem associações que não são puramente produtivas mas associações de realização da produção, quer dizer, sindicatos e cartéis. Ocorre uma fusão dos trustes mais importantes com o capital bancário, ou então os centros bancários tornam-se o ponto de partida de um controle sobre a produção que vai muito longe. **A liberdade de concorrência é totalmente suprimida, no interior de um dado país, nos setores inteiramente organizados em trustes ou sindicatos, ou seriamente diminuída graças ao controle do capital bancário que não está interessado numa luta encarniçada entre empresas às quais ele outorga créditos e controla.***

As tendências monopolistas estendem-se além das fronteiras nacionais; tentativas de criação de trustes capitalistas internacionais únicos aparecem em certos ramos e são em parte coroadas de êxito, ou ainda, toda a liberdade de concorrência reduz-se à rivalidade no mercado mundial de dois ou três trustes gigantes de um dado ramo de produção.

*A limitação da liberdade de concorrência conduz igualmente à limitação da ação da lei do valor, ao fato de esta lei encontrar uma série de obstáculos para sua manifestação, sendo em parte, substituída por aquela forma de organização da produção e distribuição que o capitalismo pode chegar sem deixar de ser capitalismo. (...)"*¹⁸²

A nova forma de organização da economia, uma vez surgida do desenvolvimento das tendências monopolistas do capitalismo, consolidou-se diante das circunstâncias forçadas da primeira guerra mundial entre os principais países capitalistas. Comentando a situação particular da Alemanha, nesse sentido, Preobrazhensky nos diz:

"(...) a regulação de toda a produção capitalista pelo Estado burguês atingiu uma profundidade sem precedentes na história do capitalismo. Formalmente a produção mercantil transforma-se, de

¹⁸² PREOBRAZHENSKY, 1979, op. cit., pp. 172-173. Grifos meus.

fato, nos seus principais ramos, numa produção planificada. A livre concorrência foi suprimida e a ação da lei do valor quase inteiramente substituída, em muitos aspectos, pelo princípio da planificação do capitalismo estatal. (...)".¹⁸³

E conclui da seguinte maneira:

"(...) no conjunto, o período de guerra pôs a nu a direção na qual evolui o sistema capitalista monopolista. Ela mostrou, com grande evidência, que a economia contemporânea está objetivamente madura para a produção planificada socialista e que tudo depende da chegada do senhor, quer dizer, da classe operária. (...)".¹⁸⁴

Adotando como marco referencial tal caracterização da economia capitalista, Preobrazhensky procede a uma derivação para a economia soviética, o que resultará na elaboração de seu modelo tão acentuadamente restritivo, como já se observou. Veja-se, então, como se manifestam as implicações limitadoras de seu modelo.

Em primeiro lugar, deve ser observada a análise da lei do valor no interior da economia soviética. Preobrazhensky, inicialmente, procede corretamente ao localizá-la vigindo normalmente como parte integrante das atividades mercantis. A composição de um sistema econômico que apresenta dois reguladores é, a princípio, uma demonstração do reconhecimento da importância de uma economia mista como melhor forma para o desenvolvimento econômico. E, ainda mais, parece pretender que a economia mercantil, ao interior deste sistema, teria uma importância para a construção socialista superior aquela situada tão somente nos limites de mera fornecedora do excedente para a acumulação no setor estatal.

Entretanto, a suposta unidade dialética representada pela convivência conflituosa entre a planificação e os elementos do mercado vai aos poucos sendo desfeita para, ao fim e ao cabo, prevalecer tão somente a economia exclusivamente socialista, antes mesmo que a livre iniciativa se consolidasse como a fonte que forneceria a água que faria girar o moinho socialista. Ao final, há uma forte tendência em fazer o fins coincidirem com os próprios meios. Em outros termos, quer-se partir do socialismo para chegar ao próprio socialismo.

Isto acontece em face de uma transposição sem mediações para a economia soviética da interpretação do funcionamento da lei do valor sob o capitalismo monopolista. Esta, então, deveria no mais breve espaço de tempo ser portadora das

¹⁸³ Idem, pp. 173-174.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 174.

mesmas características que marcavam os principais países capitalistas, onde, segundo Preobrazhensky, a lei do valor praticamente teria sido eliminada devido a supremacia do capital monopólico e ao açambarcamento da regulação econômica por meio do aparelho estatal.

Preobrazhensky, operando sobre esta matriz analítica, detecta a lei do valor atuando dentro da URSS em dissonância com aquilo que era presenciado no capitalismo central: "(...) se a economia mercantil acha-se "minada", para usar a expressão de Lenin, desde o período do capitalismo monopolista, este processo deve ainda acentuar-se onde **toda** grande indústria encontra-se em mãos do Estado proletário. Mas, na medida em que trata da nacionalização da indústria, não num país tipicamente industrial mas num país em que a maior parte dos valores são criados pela pequena produção, e principalmente pela pequena produção agrícola camponesa, as tendências de caráter pré-monopolistas são aqui mais fortes do que, por exemplo, nos EUA contemporâneos. Esta é uma particularidade da economia soviética. Assim, na análise desta economia, devemos não somente observar a transformação histórica do monopolismo capitalista em monopolismo socialista mas também considerar todas as conseqüências da existência de um enorme setor de produção simples de mercadorias. (...)".¹⁸⁵

Se, de uma determinada maneira, esta leitura efetuada por Preobrazhensky a respeito das relações econômicas da URSS é perfeitamente correta, de outra, ela pode demonstrar uma exacerbação da oposição entre os elementos pré-capitalistas e socialistas guiada pela preocupação em "transformar o monopolismo capitalista em monopolismo socialista". Então, se a oposição é muito acirrada, considerando que as atividades mercantis, naturalmente, estão mais propensas ao desenvolvimento em face do próprio atraso russo, pesa uma ameaça acentuada sobre a economia estatal. Por isso, o perigo deveria ser conjurado o mais rápido possível, o que deveria ser compreendido como a eliminação da lei do valor num espaço de tempo relativamente curto.

Sobressai, assim, uma limitação analítica proveniente da associação do desenvolvimento capitalista mais avançado com o ato de estatização dos grandes meios de produção industriais da URSS. A organização de grande parte da economia segundo os métodos da planificação representava, na verdade, muito mais uma decisão emanada de uma questão de princípio de racionalidade econômica socialista, do que a configuração de condições materiais, ou determinado acúmulo de forças produtivas. No capitalismo adiantado, aquelas

¹⁸⁵ Ibid. p. 182.

condições foram constituídas em consonância com o próprio desenvolvimento histórico daquele modo de produção ao longo de um período secular.

Se, a bem da verdade, Preobrazhensky fala corretamente de uma nova estrutura industrial cuja *organização* é mais evoluída, ao mesmo tempo, em termos concretos, na URSS, ela era apenas um objetivo a ser concretizado a partir da implantação da NEP. E esta concretização, para deixar de ser um ideal, exigia em paralelo, em determinadas condições, contraditoriamente, o "desenvolvimento" do capitalismo. Este equívoco não é cometido, por exemplo, por Lenin, quando, ao propor que a organização e a técnica industrial mais avançadas fossem implementados na União Soviética, justifica a necessidade do transcurso de um tempo histórico por ele chamado de "capitalismo de Estado". É forçoso dar razão a Lenin mesmo que não se concorde com este conceito.

Evidentemente, poderia ser afirmado que o transcurso desse tempo histórico está previsto no modelo de Preobrazhensky por meio da fórmula da lei da acumulação socialista primitiva. A afirmação estaria parcialmente correta. A insistência na exacerbação do conflito, que nega o desenvolvimento mercantil de acordo com o verdadeiro espírito da dialética da oposição entre os dois setores do sistema econômico, conduz a uma conclusão de "expropriação" das atividades privadas pela economia estatal de tal forma que esta última acabaria por extinguir as potencialidades de transfusão antes que aquela acumulação estivesse concluída.

Então, a forma proposta da "exploração" tem o evidente significado de apressar o fim do conflito em favor do socialismo. A lei do valor inerente à economia mercantil dentro da URSS deveria ser "minada" por uma intervenção que procurasse traduzir o fim da competição entre os dois setores, à semelhança, portanto, do que já ocorreria nos países capitalistas. Mesmo assim, se é correto trabalhar sob a pré-condição de rejeição do princípio das trocas equivalentes como norma condutora do fim da competição pelo prevalectimento do setor estatal, também não é aceitável o quadro teórico que sugere o fim da concorrência interna por analogia à extinção daquela no capitalismo.

Veja-se, neste sentido, a resposta dada por Preobrazhensky à questão teórica fundamental que postula a possibilidade de trocas desiguais entre a economia estatal e o setor não socialista: "(...) é não somente possível mas inevitável em nossa situação (...) a política de preços conscientemente calculada com vistas à alienação de uma parte **determinada** do sobreproduto da economia privada sob todas suas formas. Uma tal política é possível porque a economia estatal do proletariado nasce historicamente a partir do capitalismo monopolista. E

este último, a partir da supressão da livre concorrência, acarreta a criação de preços monopolistas no mercado interno para produtos de sua própria indústria, recebe um lucro suplementar em razão da exploração da pequena produção e prepara, assim, o terreno da política de preços durante o período da acumulação socialista primitiva. Mas a concentração de toda a grande indústria do país em mãos de um truste único, a saber, o Estado operário, aumenta consideravelmente as possibilidades de realizar, através do monopólio, uma política de preços que não é outra coisa senão uma forma de taxaço da economia privada. Os obstáculos que a economia estatal encontra nesta via não consistem em sua falta de força econômica para realizar tal política mas antes de tudo na necessidade de unir esta política a uma política de baixa de preços, o que só é realizável se o rebaixamento dos custos de fabricação se efetua ainda mais rapidamente. (...).¹⁸⁶

A aplicação da técnica capitalista do preço de monopólio sugere uma super-transfusão do sobreproduto do setor privado. Desde o início o preço de monopólio já se apresenta como uma forma extraordinária de taxaço sobre aquele setor. Mas, desde que a economia estatal adquira níveis mínimos de eficiência, essa tributação se acentua em face da queda do valor dos bens industriais, já que, pelo que se presume das afirmações de Preobrazhensky, levando em conta as necessidades da acumulação, seus valores nominais teriam um limite de inflexão para baixo. Ao mesmo tempo, em se reconhecendo que por determinado período a própria indústria não poderia criar uma demanda necessária ao seu desenvolvimento em determinados níveis, esta demanda deveria em grande parte ser constituída pela procura da economia mercantil, sobretudo aquela oriunda da agricultura. Diante de semelhante situação, as possibilidades de uma acumulação mínima no setor privado, equivalente àquela demanda, seriam bem reduzidas.

Em vista disso, a evolução deixava de ser histórica, social, para ganhar contornos muito mais administrativos. As conseqüências desta forma de exploração do sobreproduto do setor privado, pensa-se, apresentava fortes tendências à deformação da organização econômica no que concerne à proporcionalidade e às relações entre os diversos ramos. A tendência a prognosticar ritmos diferenciados entre o crescimento da economia estatal, por um lado, e para o definhamento das atividades mercantis, por outro lado, permite chegar a tal conclusão.

A tendência contraditória relativa à harmonização notada em Preobrazhensky pode ser vista por outro ângulo. Não é difícil observar nas análises do nosso autor uma interpretação econômica que reflete a influência da ameaça capitalista contra o

¹⁸⁶ Ibid. p. 125. Grifos no original.

socialismo localizada não apenas no plano interno como também externamente. E daí, a derivação para o isolacionismo flui rapidamente. Comentando a ascensão da economia norte-americana para o primeiro lugar entre as mais desenvolvidas ao final da primeira guerra e a forte concorrência que os países capitalistas europeus passariam a sofrer da parte dela, Preobrazhensky faz uma afirmação geral que se aplicaria também à URSS. Assim, a forma mais eficaz de enfrentar vitoriosamente essa concorrência seria passar ao socialismo porque "*somente o monopolismo socialista pode enfrentar a pressão dos monopólios capitalistas*". A capacidade de enfrentamento à economia dos EUA seria possível não sobre as bases de uma superioridade econômica que não existia, mas por meio de uma estrutura de *organização* de toda a economia num nível mais elevado.¹⁸⁷

Esta superioridade organizativa tem como significado a planificação socialista da economia naqueles países que optassem pela abolição do capitalismo. Se "*para a Europa atual, a antiga liberdade de concorrência não é mais possível de nenhum ponto de vista, é necessário escolher entre o monopólio capitalista, que está ligado externamente ao monopólio dos EUA e o monopólio socialista interno*".¹⁸⁸

Em face da argumentação externada por Preobrazhensky que supõe o fim da ação da lei do valor no mercado mundial, é possível admitir implicitamente uma preocupação em construir uma posição de autarcia para a URSS. Considerando o reconhecimento do fim da lei do valor, uma séria implicação revela-se enquanto desconhecimento dos verdadeiros freios impostos ao desenvolvimento da economia soviética pelas forças econômicas externas.

Como já se observou, Preobrazhensky resvala em sua ênfase no apressamento do fim da atuação interna da lei do valor na possibilidade do crescimento socialista auto-sustentado. Dessa maneira, apesar da insistência em apresentar o monopólio do comércio exterior como instrumento importante para o crescimento, estão pouco evidenciadas, por conta daquela interpretação das características econômicas internas e externas, as possibilidades positivas de intervenção na economia mundial, como membro integrante deste mercado, no sentido de tornar a acumulação socialista um resultado concreto.

Por força de sua caracterização particular da economia mundial Preobrazhensky enxergava muito mais uma forma particular da desigualdade inerente à oposição do socialismo ao capitalismo. Trata-se de uma visão subjetiva dessa desigualdade. Todavia, o método correto de interpretação desta economia é

¹⁸⁷ Ibid. p. 130.

¹⁸⁸ Ibid. pp. 180-181

aquele que emana da ação da lei do valor, que não havia se extinguido, e que impõe uma "desigualdade combinada" entre os países, uma divisão internacional do trabalho. Esta não poderia ser rompida simplesmente porque o socialismo prevalecia em um determinado país, enquanto os demais, em sua imensa maioria, permaneciam sob o jugo do capital.¹⁸⁹

¹⁸⁹ DAY, 1988, op. cit., p. 23.

CAPÍTULO IV

A LÓGICA ECONÔMICA DA AUTARQUIZAÇÃO: DESPROPORCIONALIDADES E DEFORMAÇÕES

INTRODUÇÃO

Não seria equivocado, tendo como fundamento o que foi discutido até aqui, afirmar-se que a elaboração da teoria do socialismo num só país representou uma profunda reversão da concepção marxista do processo de deflagração e estabelecimento do socialismo. Inequivocamente, o caráter dessa revisão representou uma iniciativa de ordem ideológica cuja finalidade primordial está em inteira concordância com a busca de afirmação e perenidade de um determinado segmento social como força política dominante no interior de um país particular. Indubitavelmente, porém, tal invenção teórica demonstrou o talento "criativo" de um grupo social que se revelaria ao mundo como uma ditadura terrorista e cruel para assegurar a vitória de seus propósitos.

Colocado dessa maneira, torna-se indispensável proceder-se a uma fundamental distinção entre o projeto socialista original e aquele resultado econômico-político-social decorrente da ação da burocracia, por muitos chamado de "socialismo real". De tal maneira que se tenha claramente em mente que o regime burocrático representa uma aberração se comparado com o objetivo formulado pelo marxismo como um resultado a ser alcançado em decorrência da necessária superação do capitalismo.

O Estado operário burocratizado tornou-se um objetivo em si mesmo, uma organização econômico-política particular e historicamente acidental na via da construção do socialismo. Tratando-se de um resultado histórico imprevisto, mas nem por isso inexplicável, a deformação do Estado operário apresentou como correspondência a geração das bases para o estabelecimento de uma estrutura identificada com o desenvolvimento e afirmação da burocracia. Esta estrutura, longe de ser igualada ao capitalismo, ao mesmo tempo não pode ser identificada com o socialismo. O projeto socialista original acabou metamorfoseado para adquirir a condição de *habitat* de uma expressão social que negava e neutralizava a classe operária como força histórica transformadora, arrastando-a para uma posição de subordinação no sentido da viabilização de seus privilégios materiais.

As elaborações e atitudes de ordem econômica encetadas pela burocracia, então, expressaram uma correspondência com o significado ideológico do socialismo em um só país, embora aplicadas em nome do próprio socialismo, fato que, evidentemente, não surpreendente por se tratar de uma ideologia.

Argumenta-se aqui, portanto, que as medidas econômicas efetivadas sob a decisão de Stalin, devem ser vinculadas ao propósito burocrático e não ao objetivo socialista. Por essa razão, os fundamentos e conseqüências da organização econômica estabelecida pela burocracia tem lógica e coerência próprias. Evidentemente, comparadas às determinações exigidas para a edificação do socialismo na URSS representam uma total deturpação, resultando, então, nesse sentido, num aparelho econômico deformado e carregado de desproporcionalidades em virtude da lógica econômica requerida para a complementação e finalização da ordem burocrática.

Neste capítulo de encerramento do presente trabalho serão desenvolvidas as conclusões através das quais procurar-se-á mostrar que a organização econômica sob a burocracia apresenta-se como uma estrutura especial e particular, ao mesmo tempo negadora da necessária transição ao socialismo. O aparelho econômico stalinista, decorrente de um arcabouço teórico que faz a apologia da autarquia econômica, firmou-se como a aplicação de um verdadeiro "salto" entre o capitalismo, derrubado enquanto regime pela revolução de outubro, e o socialismo caricaturado pela intervenção burocrática.

Ver-se-á a lógica de funcionamento desse aparelho e, concomitantemente, como Stalin soube se valer das ideias e concepções de seus adversários para, retiradas de seus contextos originais, legitimar suas ações atribuindo a si próprio a

condição de representante máximo do ideal socialista da humanidade. Esse tratamento visa, dessa maneira, localizar as fontes e as raízes das deformações que levaram à ruína do sistema burocrático no final da década de 80, comprovando com isso, sua total incompatibilidade com uma organização econômica inspirada no socialismo nas circunstâncias históricas que se apresentaram para a URSS depois de 1917.

4.1 A DIALÉTICA ECONÔMICA DA TRANSIÇÃO III: O RETARDAMENTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO E A MODERNIZAÇÃO SOVIÉTICA

A análise a ser desenvolvida neste capítulo parte do reconhecimento de uma situação de excepcionalidade que demanda uma necessária identificação e balizamento teórico: reporta-se às alternativas possíveis que podem ser empregadas no campo da economia para aquele país atrasado que empreende a revolução proletária, mas permanece por um tempo indeterminado como o único que realiza tal evento. Elas decorrem de uma situação que se configurava em oposição ao projeto revolucionário russo referido como um *ponto de partida*, mas, que, ao mesmo tempo, inseria-se num processo de maior envergadura, abarcando a expansão da revolução proletária para outros países capitalistas desenvolvidos da Europa; era esperada uma drástica modificação relativamente à qualidade das relações econômicas previstas entre aquele país pioneiro e os demais se estes ingressassem na era do socialismo num tempo imediatamente subsequente.

Identifica-se aí a perspectiva que compreendia o socialismo como uma totalidade, isto é, enquanto um sistema envolvendo ao mesmo tempo um conjunto de vários países, entre os quais, obrigatoriamente, aqueles que se encontravam entre os mais desenvolvidos do mundo capitalista. Segundo esta visão, o socialismo só poderia ser considerado terminado - entendendo-o, de acordo com a definição de Marx, como o estágio preliminar do comunismo - quando aquele conjunto oferecesse, em termos do desenvolvimento das forças produtivas, um grau de evolução superior ao mais elevado alcançado pelas mesmas sob o capitalismo.

A situação que se concretizaria, entretanto, anteriormente vista como possibilidade teórica inquestionável, mas peremptoriamente indesejada como realização histórica, teria, então, a marca da excepcionalidade por apresentar a confirmação da inédita existência de um único Estado operário em meio a uma situação mundial exclusivamente capitalista. Mesmo assim, a Rússia revolucionária permaneceria candidata ao socialismo: esta aspiração se confirmaria por meio da preservação da propriedade coletiva dos meios de produção e da ditadura do

proletariado imediatamente após a constatação da não expansão internacional da revolução no curto prazo.

Em conformidade com isto, as esperadas relações internacionais de solidariedade, colocadas no horizonte imediato da URSS após outubro de 1917, sequer conheceram seu início, fato este que provocaria o inevitável repensar das relações econômicas a ser implementadas interna e externamente visando o prosseguimento dos primeiros passos em direção ao socialismo. Entretanto, os termos explicativos que deveriam qualificar o resultado a ser perseguido em face do ineditismo trouxe à tona duas alternativas inerentes aos projetos desejados pelas forças políticas intervenientes: para uma delas o socialismo deveria ser requalificado, passando a ser admitido, nas novas circunstâncias, como um fim em si mesmo no interior de um único país, ou seja, admitindo-se que a URSS chegaria sozinha à conclusão de seu "estágio inferior do comunismo". Já para a outra força política, o procedimento a ser adotado destacava o reconhecimento de que o país poderia conquistar um desenvolvimento econômico significativo, melhorar substantivamente o grau de equidade e as condições materiais de existência de sua população e modernizar-se radicalmente segundo parâmetros pós-capitalistas admitindo a impossibilidade da conclusão do socialismo por seus próprios meios.

Quando da elaboração da teoria da revolução permanente Trotsky concluía, como já foi visto, que um país atrasado poderia iniciar seu caminho para o socialismo, porém seria impossível ao mesmo ir até o fim isoladamente, suposição que por si só estaria desprovida de sentido dialético. Tendo em vista a constituição do capitalismo internacional e de seu mercado mundial, uma divisão internacional do trabalho se impusera alocando as diversas nações em funções específicas para a viabilização da reprodução do sistema enquanto uma totalidade. Chegara-se a uma época em que o destino de um país, seja qual fosse, estaria inevitavelmente amarrado aos demais de acordo com uma integração norteada pela lei do valor em seu espaço internacional.¹⁹⁰

Simultaneamente, essa integração objetiva sob o capitalismo demonstrava cabalmente que o socialismo moderno só poderia ser reconhecido como um sistema que reuniria os povos por meio de vínculos econômicos (e políticos) representativos de um conteúdo coletivista e cooperativo no plano internacional. Por outro lado, na esfera da individualidade nacional, um país controlado pelos trabalhadores deveria ser considerado, quando muito, em trânsito para o socialismo, embora não

¹⁹⁰ IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996, cap. VIII.

estivesse descartado grandes avanços em suas condições materiais internas *vis a vis* a resultante da anarquia capitalista.

O significado dessa análise importa reconhecer que, mesmo na situação muito expressiva da expropriação da burguesia e da passagem do controle dos meios de produção para as mãos da classe operária, levando em conta o impedimento da inserção num espaço internacional de trocas em bases solidárias, que representariam, ao menos parcialmente, a neutralização dos efeitos da lei do valor, a possibilidade do auto-desenvolvimento socialista poderia ser considerado como uma alternativa inviável: "*(...) em última análise, os limites da transformação socialista são determinadas pelas condições da economia e da política no cenário mundial. Não importa quão grande seja o **rush** de uma nação em seu desenvolvimento, ela não poderá omitir a realidade da vida em nosso planeta. (...)*".¹⁹¹

Na condição de uma ilha isolada em meio ao mar capitalista, a URSS poderia, evidentemente, seguir uma via de desenvolvimento que a conduzisse para muito além dos estreitos limites materiais verificados quando da revolução de outubro. Os requisitos mínimos para tanto já existiam na forma da propriedade estatal e da possibilidade de aplicação do planejamento, elementos que permitiriam ao país, em face de suas enormes reservas naturais e humanas, ultrapassar um quadro econômico-social que se situava em um nível bastante insignificante comparativamente aos demais países capitalistas adiantados. Todavia, este seria um vôo limitado se o compararmos à exigências do empreendimento socialista. Esta era, na verdade, a nova natureza daquilo que fora considerada a "particularidade" russa quando da teorização da possibilidade do início revolucionário pela via de um país atrasado, se bem que o mais apropriado seria chamá-la agora de "excepcionalidade"

O certo era que, independentemente do *quanto* a Revolução Russa representara um progresso, perante a perspectiva de efetivação do socialismo, sua dependência do processo revolucionário mundial não decrescera e nem desaparecera. Isto seguiria sendo verdade mesmo que internamente fosse constatado um elevado progresso material proveniente de uma ação econômica realizada exclusivamente dentro das fronteiras nacionais. A dedução a que se deve chegar, então, é que este desenvolvimento poderia prosseguir até certo ponto a partir do qual a necessidade do estabelecimento de relações de trocas internacionais cobraria seu lugar.

¹⁹¹ TROTSKY, 1977, op. cit., p. 1015.

Muitos daqueles que comungam com a idéia do socialismo dificilmente discordariam quanto à formulação de que o mesmo poderia ser descrito como uma situação em que a produção social apresentar-se-ia de forma planejada e harmoniosa para o atendimento das necessidades humanas. Para tanto, implicitamente a esse significado, entendendo-o como um resultado histórico, localiza-se a exigência do cumprimento de uma premissa: a solução do problema do socialismo vem como consequência da solução do problema das forças produtivas. Estas, porém, no estágio do desenvolvimento humano contemporâneo, são de natureza mundial. Tal realidade, conseqüentemente, impôs sérias limitações às ações independentes do Estado nacional no contexto do capitalismo. Por extensão, este mesmo Estado, na condição do isolamento, não representa o pré-requisito mais indicado para a constituição de uma sociedade socialista em sua integralidade.¹⁹²

Dada a impossibilidade temporária, ou ainda, o adiamento por um tempo indeterminado dos primeiros passos relacionados à constituição do processo de desenvolvimento harmônico das forças produtivas e da instalação de uma interação mundial ligada à construção do socialismo, o isolamento do Estado operário relativamente atrasado colocava-o numa posição vulnerável frente ao mercado mundial. Assim sendo, se a efetivação da ditadura do proletariado não representava automaticamente a garantia da construção do socialismo, como já se sabe, por outro lado, esta mesma ditadura em seus fundamentos econômicos apresentar-se-ia como o instrumento indispensável para que, em se vinculando ao mercado mundial, desconsiderando a hipótese da ação militar agressora da burguesia, o país não fosse reincorporado ao capitalismo, isto é à divisão internacional do trabalho imposta pela lei do valor.

Certamente, também, seria incompatível com a idéia do socialismo, entendido como um processo internacional, esperar paralisado pelo sucesso de uma revolução mundial a acontecer num tempo imprevisível e, por isso, supor como inevitável a efetivação de uma etapa de desenvolvimento capitalista comandada diretamente pela burguesia ocupando o poder político. Seria, evidentemente, uma alternativa em consonância com a entrega do poder à burguesia e a desistência da tentativa de iniciar o socialismo na URSS diante da não efetivação por um tempo indeterminado da mundialização da revolução. Por conseguinte, considerando a situação efetiva da concretização da revolução proletária na Rússia, a alternativa de fundamento socialista mais recomendada, sabendo que o socialismo não poderia

¹⁹² Ídem. p. 1027.

ser construído integralmente no país, seria a de procurar conduzi-lo para um estágio positivo de industrialização e modernização cujos resultados apreciáveis, a redução de conflitos e desigualdades sociais, poderiam ser efetivados se o recurso ao modelo da república liberal-burguesa. Um resultante desenvolvimento relativamente harmônico poderia ser alcançado dentro de um Estado operário com poder respeitável o suficiente para manter-se na ordem-do-dia como o ponto de partida estimulador da revolução proletária em outros países importantes. Este resultado só poderia ser alcançado se os instrumentos socialistas já obtidos fossem empregados racionalmente em consonância com a economia internacional, procurando extrair desta parte significativa dos meios materiais necessários a este desenvolvimento interno parcial, o único possível, naquelas circunstâncias, em compatibilidade com o projeto universal do socialismo. Contudo, o elemento estratégico mais significativo implícito a tal decisão vinculava-se à necessidade da URSS não atrasar-se acentuadamente relativamente ao capitalismo; se o atraso se confirmasse, sua existência enquanto Estado operário estaria ameaçada, pois a divisão internacional do trabalho pressionaria por sua integração à mesma como uma esfera do capitalismo mundial.

O mais notável é que Trotsky avançara um tanto precocemente a hipótese do recuo da revolução mundial e a possibilidade de renovação do capitalismo. Suas palavras proferidas no Terceiro Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1921, parecem ter sido confirmadas, ao menos parcialmente, pela realidade das décadas seguintes:

"(...) Aqui nos aproximamos da questão do equilíbrio social (...). Se considerarmos - e vamos assim considerar por um momento - que a classe trabalhadora não consiga empreender a luta revolucionária, e permita que a burguesia governe o destino do mundo por um longo período de anos, digamos, duas ou três décadas, então certamente algum novo tipo de equilíbrio será estabelecido. A Europa sofrerá um retrocesso violento. Milhões de trabalhadores europeus morrerão de desemprego e inanição. Os Estados Unidos serão forçados a se reorientarem no mercado mundial, reunir sua indústria, e recolher-se por um período considerável. Posteriormente, depois que uma nova divisão mundial do trabalho seja assim estabelecida em agonia por quinze, vinte ou vinte e cinco anos, uma nova época de crescimento capitalista pode talvez ocorrer".¹⁹³

As exigências impostas pelas novas circunstâncias passavam a indicar, por conseguinte, que a construção do socialismo na URSS não deveria acontecer, em que pese o agravamento das dificuldades, em dissonância com a perspectiva do

¹⁹³ Apud MANDEL, 1995, op. cit., p. 30.

processo mundializado. Assim, se impunha o desenvolvimento interno necessariamente como uma etapa da construção do socialismo, sem, portanto, admiti-lo como possível em sua totalidade no plano nacional. Procurar os recursos do capitalismo desenvolvido ao mesmo tempo em que criava uma contradição excepcional, simultaneamente apresentava-se como a decisão mais acertada, posto que o isolamento resultaria em pouco mais que a confirmação da independência política do Estado operário. Seria apenas a verificação da redundância de uma situação já assegurada pelas modificações operadas em face da implantação dos fundamentos advindos da conquista do poder e da expropriação da burguesia. Enquanto que, do ponto de vista econômico, a independência não passaria de uma ilusão que se conformaria mediante o emprego de atitudes pseudo nobres, mas que resultariam no rompimento dos canais que poderiam oxigenar mais eficazmente as veias do aparelho econômico nacional, aí sim, demonstrando, através da qualidade dos resultados internos, quão dependente da economia internacional apresentava-se esse "socialismo" entre quatro paredes.

Então, é necessário que fique bem claro: a proposição de vincular a União Soviética ao mercado mundial em nada se equipara a uma posição de abandono do socialismo. Pelo contrário, desenvolver da melhor maneira possível os fundamentos socialistas do país, sem contudo pretendê-lo como o socialismo "possível", apresentava-se como a garantia potencial de que o próprio socialismo poderia vir a ser efetivamente uma realidade entre os seres humanos. Nesse sentido, tornava-se um imperativo a rejeição da utopia representada pelo projeto do socialismo num país isolado, mesmo que este fosse apresentado sob o argumento demagógico de que o "melhor" socialismo resultaria da interpretação que identificava a oposição entre socialismo e capitalismo em termos absolutos.

Enfim, não se tratava de colocar a questão do desenvolvimento interno em termos de pura dependência ou pura independência, mas sim ter clareza quanto à possibilidade de recorrer à dependência - estabelecida sob a proteção da independência representada pelo caráter do Estado operário - como pré-requisito de inestimável importância para a criação de uma base objetiva na via de perseguição de uma independência tão imaginada quanto possível.¹⁹⁴

Em 1932, observando a trajetória percorrida pela URSS desde a revolução de outubro de 1917, e reafirmando suas reflexões desenvolvidas durante a década de 20, quando ainda compartilhava do poder como minoria quase impotente, Trotsky faria no *Boletim da Oposição* uma síntese dos requerimentos que se faziam

¹⁹⁴ DAY, 1988, op. cit., p. 22.

necessários para a reversão de um quadro já tão aprofundadamente deformado pela iniciativa stalinista:

"a luta dos interesses vitais, na forma de um novo fator de planificação, leva-nos para a função da política, que é a economia concentrada. O equipamento dos grupos sociais da sociedade soviética é (e deve ser): os soviétes, os sindicatos, as cooperativas, e acima de tudo toda a regulamentação partidária. Somente a interação destes três elementos, da planificação estatal, do mercado e da democracia soviética, pode prover a economia com direção própria numa época de transição".¹⁹⁵

Claro está que a via do desenvolvimento econômico soviético norteado pelo estabelecimento do envolvimento com o mercado mundial representava uma concepção composta por distintas variáveis, entre as quais estava a indispensável necessidade da democracia socialista. Posto que a planificação era concebida por Trotsky e outros líderes bolcheviques como, antes de tudo, um processo de escolha e decisões coletivas, expressando a implementação da vontade do *sujeito* histórico decisivo para a efetivação da transformação, a classe operária e os camponeses teriam que desfrutar da liberdade de exercer seu papel amplamente.

Por outro lado, o conteúdo da teoria do socialismo num só país, ao tempo em que pregava a independência do socialismo diante do capitalismo, na prática efetivava-se como o veículo através do qual a burocracia procurava constituir sua independência diante do próprio proletariado e demais classes trabalhadoras presentes internamente. No fundo, essa postura da burocracia revelava sua necessidade de comportar-se de forma *bonapartista*, isto é, eqüidistante dos trabalhadores assim como da burguesia, já que, tendo a propriedade estatal dos meios de produção como seu meio natural, para afirmar-se como grupo social autônomo, teria que diferenciar-se socialmente frente aquelas duas classes.

Essa observação torna-se significativa para análise dos fundamentos econômicos do stalinismo como um fenômeno revestido de novidade histórica. A teoria do socialismo num só país, por isso, deve ser tratada como um instrumental ideológico em que estão presentes como requisitos fundamentais a inobservância e o cancelamento da democracia soviética e, em simultâneo, a garantia de liberdade e soberania de movimento para aquela que assumira o lugar de "sujeito" histórico qual seja, a própria burocracia.

Evidentemente, salta aos olhos que a crítica e interpretação da organização econômica do stalinismo apoiada na estrutura teórica da revolução permanente

¹⁹⁵ Apud DAY, *idem*, p. 28.

deva incorporar naturalmente a tese do socialismo num só país com seu significado autoritário e anti-democrático. Estas duas características, por outro lado, não poderiam se fazer presentes no mecanismo sugerido para o desenvolvimento soviético que rejeitava a posição do isolamento e da autarquia nacional e econômica. Antes, a independência de classe dos trabalhadores e o exercício da democracia operária apresentavam-se como os elementos fundamentais garantidores de seu possível êxito.

As formulações econômicas reunindo planificação e mercado eixadas na teoria da revolução permanente, considerando a **inevitabilidade do retardamento da expansão revolucionária além fronteiras**, frutificaram proficuamente na URSS. As mais representativas foram apresentadas e discutidas no capítulo III. Elas podem ser observadas quase sistematicamente nas contribuições de Trotsky; menos consistentemente nas proposições apresentadas por Preobrazhensky; explicitamente, embora de forma menos sistemática nas propostas de Lenin. E podem ser encontradas aleatoriamente em algumas formulações de Bukharin. Contudo, delas é possível compor um modelo "unificado":

1) Um determinado pano de fundo norteia a reunião das elaborações dos autores em questão visando a composição de um modelo de desenvolvimento econômico adequado às determinações históricas verificadas na primeira metade da década de 20, ou mais precisamente entre 1917 e 1925: a) a União Soviética não poderia manter seus fundamentos proletários indefinidamente em meio a um ambiente internacional eminentemente capitalista se procurasse fazê-lo por conta própria; b) insistir com a convicção de que suas forças próprias, e dentro dos limites nacionais, seriam suficientes para solucionar a contradição entre cidade e campo seria um erro, posto que este era um problema agrário e de desenvolvimento econômico; c) reconhecer que a URSS deveria manter abertas suas portas de comunicação com o exterior seria ao mesmo tempo negar a possibilidade de criação do socialismo a nível nacional, pois esta questão remetia diretamente ao problema ligado ao sistema mundial da divisão do trabalho.

Infere-se destes requisitos que reformas políticas e econômicas em bases socialistas seriam possíveis e necessárias, para o que um conjunto de medidas deveriam concorrer, entre as quais despontava a interrelação entre o proletariado e o campesinato. Todavia, essas transformações estavam objetivamente limitadas pelas condições da economia e da política no espaço mundial da luta de classes.¹⁹⁶

2) A base metodológica sobre a qual a política econômica deveria ser pensada encaminhava diretamente para a questão do princípio da *dialética econômica de transição*. Tal suposição implicava o reconhecimento da *heterogeneidade econômica e social* revelada tanto no plano interno quanto da comparação entre a URSS e o resto do mundo, valer dizer, com o sistema capitalista internacional. Esta evidência indicava a inevitabilidade da construção de uma organização econômica em que fundamentos socialistas (particularmente a planificação e o monopólio estatal do comércio externo) se associariam com elementos econômicos mercantis (entre os quais, a liberdade de acumulação privada, a liberdade de comércio, a utilização do princípio do equivalente geral [dinheiro] e as trocas de fluxos de mercadorias e finanças com o mercado mundial). Desta maneira, a economia soviética deveria ser caracterizada como representativa de uma unidade dialética, cabendo portanto, designá-la por uma economia "mista" cuja melhor definição, porém, é representada pelo termo *sistema de economia socialista-mercantil*.¹⁹⁷

3) Este sistema seria composto substantivamente por dois grandes setores: um **setor estatal**, do qual fariam parte, principalmente, os grandes meios de produção representados pela grande indústria, meios de transporte, reservas minerais, sistema bancário e creditício, além do aparelho de comércio com o exterior e parte do aparelho de comércio interno. Um **setor privado**, do qual a pequena burguesia seria a força social amplamente majoritária. Ele seria formado, sobretudo, pelas atividades econômicas agrícolas (a agricultura camponesa), além do pequeno comércio privado no campo e na cidade e da pequena indústria, assim como o grande capital privado, na forma de arrendamentos e concessões, principalmente na indústria.¹⁹⁸

4) Os dois setores componentes do sistema de economia socialista-mercantil representariam a convivência simultânea do princípio da planificação e da lei do valor. Indicariam a existência de dois reguladores econômicos que conflitariam entre si, mas nem por isso deixariam de representar um todo orgânico. As interrelações

¹⁹⁶ TROTSKY, 1977, op. cit., pp. 1012 e 1015.

¹⁹⁷ LENIN, 1987, op. cit.; PREOBRAZHENSKY, 1979, op. cit., pp. 62 et seqs; TROTSKY, 1974, op. cit.

¹⁹⁸ LENIN, 1987, op. cit.; PREOBRAZHENSKY, 1979, op. cit.; TROTSKY, 1974, op. cit., p. 33; BUKHARIN, 1982, op. cit., pp. 102-103.

entre os ramos e setores da economia seriam afetados diretamente pela existência do mercado. As relações entre o setor estatal e o setor privado, por isso, **não** seriam formais, o que se explica pelo fato de cada um deles não se esgotar em si próprio, isto é, não são excludentes em sua funcionalidade. Por outro lado, porém, esta estrutura orgânica se movimentaria, em última instância, segundo a orientação do princípio da planificação socialista. Por sua vez, a planificação é ajustada tendencialmente no sentido de seu prevalescimento sobre o gradual desaparecimento da lei do valor. O objetivo histórico final, que serve como norma orientadora, é o de condicionar a economia camponesa, que se desenvolve espontaneamente por intermédio do mercado, por meio do Plano. Caberia ao Estado dirigi-la para um futuro Plano Único.¹⁹⁹

5) Este período da economia de transição, que coincide com um prazo indeterminado de relações de troca com o capitalismo mundial, deveria ser admitido como o da *acumulação socialista primitiva*. Sua existência seria caracterizada como o período em que se constituem os alicerces da *reprodução socialista ampliada*, a qual, contudo, somente poderia vir à luz no contexto das relações socialistas de troca com outras nações.²⁰⁰

6) A lógica dessa acumulação tem como finalidade o desenvolvimento industrial em grande escala e de forma generalizada. Isto acarretaria a canalização do movimento da circulação econômica em função da indústria como elemento de dinâmica. A princípio esta descrição localiza a agricultura como base insubstituível da evolução industrial, mas com a ressalva de que a progressiva incorporação da agricultura à esfera da indústria faria desta última cada vez mais um mercado poderoso e autônomo. O reconhecimento do papel pioneiro da produção agrícola repousa justamente em sua função inquestionável de impulsionadora do crescimento da produtividade do trabalho na indústria. A busca da progressão permanente desta é condição *sine qua non* para a unificação entre cidade e campo e para o desaparecimento da linha divisória entre indústria e agricultura.²⁰¹

7) O processo da acumulação primitiva socialista ocorrendo por intermédio da circulação mercantil aconteceria segundo o mecanismo das trocas de mercadorias onde prevaleceria o conceito das *trocas desiguais*. Seu significado espelharia a necessidade da criação de um mecanismo de transferência líquida de valores da agricultura para a indústria. Isto é, parte do sobreproduto agrícola financiaria a indústria de acordo com o processo de trocas não equivalentes entre bens

¹⁹⁹ PREOBRAZHENSKY, 1979, pp. 157-163; TROTSKY, 1928, p. 33; 1974, pp. 31-83.

²⁰⁰ PREOBRAZHENSKY, 1979; TROTSKY, 1928, 1931, op. cit.

²⁰¹ TROTSKY, 1928, pp. 61-62.

industriais e agrícolas favoráveis aos primeiros. Entretanto, a fixação dos preços industriais fugiriam parcialmente à norma do valor, situando-se, portanto, na esfera do interesse do Plano, o que levaria à prática dos preços administrados pelo Estado, não em função de seu grau de monopólio mas em consequência do seu poder político. De tal maneira que semelhante forma de tributação não resultasse no sufocamento e na inviabilização da agricultura, mas, revelasse, principalmente, o crescimento da eficiência da indústria, a única alternativa para a preservação do mecanismo das trocas desiguais dentro de certos limites de afastamento dos preços. Conjugadamente a este dispositivo, primordialmente nos anos da estrita recuperação do funcionamento da indústria, seria aplicado um imposto direto sobre o resultado da produção agrícola que receberia o nome de *imposto em espécie*.²⁰²

Estes parâmetros descrevem uma forma particular de distribuição do excedente social. Considerando que a presença dos mecanismos mercantis visavam a utilização de forças econômicas vinculadas à acumulação privada em proveito do desenvolvimento da economia estatal, evidentemente se fazia necessário um procedimento que impedisse a concentração crescente do referido excedente em mãos particulares por meio da forma do capital-dinheiro. Tal procedimento, portanto, seria o mesmo que permitiria uma elevação permanente de parte do excedente agrícola em direção ao setor estatal da economia, o que, certamente, remetia à questão importante do desenvolvimento da agricultura a longo prazo e das potenciais consequências que disso decorria em termos de diferenciação social que dele emanava.²⁰³

8) O princípio de preservação e estímulo da agricultura privada em determinadas circunstâncias também se relacionava à oportuna prática da relativização da planificação administrativa. A recusa da planificação absoluta casava-se com a desejável e recomendável iniciativa de submeter o setor econômico estatal à prova do mercado, questão esta que reivindicava a manutenção do princípio da concorrência, do cálculo econômico e do equivalente geral. O Plano deveria ser concebido como um processo em mutação, uma *hipótese de trabalho*, impulsionado não apenas pela **alavanca política** da democracia operária, mas também pela **alavanca financeira**.

A importância desses dois instrumentos radica no papel que poderiam desempenhar para o esvaziamento do conteúdo dogmático do Plano, reforçando, dessa maneira, a importância de um determinado mecanismo de regulação e adaptação. E a materialização de semelhante mecanismo de adaptação só se

²⁰² LENIN, 1987, op. cit.; PREOBRAZHENSKY, 1979, op. cit.; TROTSKY, 1974, op. cit.

²⁰³ Mandel, 1995, op. cit., p. 94.

confirmaria em consonância com um sistema monetário estável, exigência indispensável para que a moeda exerça sua função de padrão de medidas penetrando nos poros da sociedade e ao mesmo tempo garantindo sua conversibilidade perante outras moedas nacionais. Apenas dessa maneira o preço poderia ser tratado como uma categoria econômica e não como uma categoria administrativa, isto é, ele espelharia a quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção dos bens, neste sentido orientando a economia estatal na busca da melhor eficiência possível.²⁰⁴

Esta formulação sintetiza a concepção que reconhecia o conflito histórico que consubstanciava a estratégia da dialética da economia de transição. A solução do conflito, então, passaria inevitavelmente por um processo gradual de atitudes econômicas e políticas.

9) O desenvolvimento socialista da economia, ou a consolidação da acumulação socialista primitiva, repousa sobre uma determinada concepção de **proporcionalidade econômica**. Assim, se o desenvolvimento industrial exigia uma interdependência entre indústria estatal e agricultura camponesa, ao mesmo tempo impunha a interdependência entre a economia soviética e a economia mundial. A questão da proporcionalidade econômica, como se vê, está ligada ao problema fundamental da *proporção* do tempo de desenvolvimento da economia soviética em relação à economia mundial. Ou ainda, vincula-se à problemática da fundamentação mais adequada de desenvolvimento como forma de resistência às pressões econômicas do capitalismo internacional. Portanto, a proporcionalidade econômica interna fundada sob o reconhecimento da inclusão da economia soviética na divisão internacional do trabalho recai diretamente sobre a questão do rendimento do trabalho, e por extensão, na questão da quantidade, qualidade e do preço dos bens e serviços. Insistir num esforço interno descomunal e irracional de utilização dos meios materiais e forças produtivas internas disponíveis resultaria na concentração desproporcional em determinados ramos dos elementos do capital fixo e do capital circulante, certamente constituindo-se em raízes de futuras deformações. E a via mais indicada para facilitar o acesso à produção e suas diretrizes no exterior era aquela apontada pelo monopólio estatal do comércio externo, além de outros instrumentos de interligação com o capital estrangeiro, a saber, as concessões, o crédito estrangeiro, os empréstimos nacionais, acordos de cooperação e bilaterais, etc.²⁰⁵

²⁰⁴ Trotsky, 1980, 1987, op. cit.

²⁰⁵ LENIN, 1987, op. cit., TROTSKY, 1928, op. cit.

10) O desenvolvimento indústrial apoiado na agricultura tem em seu horizonte a gradual transformação do processo de exploração parcelar em processo de produção e circulação **cooperativo**. A coletivização da agricultura era apontada como o mecanismo mais eficiente e mais próximo do socialismo para os fins necessários de industrialização das atividades do campo no contexto da industrialização geral do país. Ao mesmo tempo, colocado como objetivo de longo-prazo, o crescimento deste processo caminhava diretamente para o sobrepujamento das atividades mercantis, e da lei do valor, pela planificação econômica e, ao mesmo tempo, conduzia a economia pequeno-burguesa para o socialismo.

A cooperativização do país seria conduzida por meio de estímulos materiais e por práticas de convencimento, o que denota o caráter evolucionário gradual desse processo. Em grande medida, a aceitação dessa orientação por parte das grandes massas camponesas passava também por uma necessária evolução cultural das mesmas e, por certo, não recomendava o emprego de métodos administrativos e autoritários. Estão presentes entre os incentivos materiais visando tal finalidade a oferta crescente de bens industriais aos campos, a introdução de formas específicas de crédito, assistência técnica, uma estrutura de armazenagem e comercialização, orientação e educação profissional, etc. ²⁰⁶

²⁰⁶ LENIN, 1980. op. cit., TROTSKY, 1928. op. cit.

4.2 O SIGNIFICADO DA AUTARQUIA NO PERÍODO DA NEP

A política econômica encaminhada por Stalin e a maioria dirigente no período de vigência da NEP foi, sem dúvida, norteadada pelo princípio da homogeneização. Seu conteúdo expressa de forma muito clara uma interpretação carregada de monismo teórico, ou, correspondia a uma avaliação que tendia fortemente a negar a existência das forças sociais internas em conflito.

O fundamento da política econômica colocada em prática por aquele agrupamento que se consolidava celeremente no poder a partir de 1923 espelhava com mais nitidez a concepção de Bukharin a respeito da estrutura econômica em funcionamento. Como foi analisado no capítulo III, aquele que por um período decisivo apresentou-se como o "braço direito" de Stalin caracterizava a economia soviética como uma variação particular da economia mercantil onde o regulador refletia o predomínio sem travas da lei do valor. Assim é que, para Bukharin o mercado e a iniciativa privada deveriam merecer a posição privilegiada de fator dinâmico do processo econômico, o que o conduzia a caracterizar a planificação como um resultado do espontaneísmo implícito às atividades mercantis. De tal sorte que o setor estatal e a indústria permaneceriam numa posição subordinada. Praticamente desaparecia o trânsito das relações dialéticas entre a esfera estatal e a esfera privada, transformando-se, assim, a economia pequeno-burguesa na representação de todo o edifício econômico.

Não é de estranhar, portanto, o direcionamento da política econômica no sentido do privilegiamento da acumulação individual, particularmente os estímulos voltados para o fortalecimento dos camponeses mais abastados (kulaks).

Não obstante, deve ficar claro que a opção de Stalin por esta política não aconteceu por força do reconhecimento da justeza da elaboração bukharinista. Implicou um cálculo muito bem efetuado que revelava a preocupação com a utilização da política econômica mais adequada ao envolvimento das forças sociais sobre as quais a burocracia poderia se apoiar na via de sua afirmação. Essa linha continha também a evidente necessidade em neutralizar aquela força que, em tese, se colocava como o maior obstáculo no caminho da burocracia, como não poderia

deixar de ser, a classe operária. Esta, já bastante enfraquecida em virtude dos acontecimentos posteriores a outubro de 1917, não ofereceu grande resistência, facilitando a aplicação das medidas favoráveis ao aliado ideologicamente mais próximo da burocracia.

O favorecimento da acumulação privada sem muitas restrições se revertia numa aliança tácita entre os camponeses ricos e a burocracia. Encontrando campo livre para desenvolver-se como potenciais capitalistas, frações do elemento pequeno-burguês se dispunham a aplaudir e a colaborar com o segmento burocrático, inclusive com a entrada do primeiro nas organizações estatais e partidárias tendo em vista a neutralização dos adversários da fração comandada por Stalin. Um número não desprezível de indivíduos Kulaks passaram a fazer parte de comitês e células do Partido, além de conquistarem o controle de diversos soviétes. Até certo ponto, fazendeiros, comerciantes, e outros empresários, se convertiam, eles próprios, em burocratas. Entretanto, nesse mecanismo de favorecimento em mão dupla, a pequena burguesia opulenta ainda não reivindicava o exercício direto do poder; solicitava apenas o direito de acumular livremente. E era nisso atendida sem restrições importantes. Neste período em que o país passava a viver sob a condição do isolamento, na via da aplicação daquela se acabaria sendo a primeira fase da construção do socialismo num só país, a autarquia econômica se transformara numa orientação que poderia muito bem ser equiparada, operacionalmente, ao processo da acumulação capitalista.

Com a anulação da participação soviética nas trocas qualitativamente importantes com o resto do mundo - o comércio exterior praticamente se restringia à exportação de cereais - o setor industrial conheceu um período de crescimento merecedor de destaque apenas no que corresponde a um conteúdo de recuperação, a qual poderia ser considerada concluída em 1926. Embora se deva destacar que as taxas de crescimento da indústria naquele período tenham atingido os espantosos níveis em torno de 40% ao ano em média, por outro lado, é forçoso admitir que sua importância fica bastante esvaziada quando se constata que a recuperação industrial partiu de níveis entremamente baixos. Para se ter uma noção da profundidade do recuo da produção industrial basta dizer que em 1921, ano de início da NEP, ela se aproximava de um quinto do valor obtido em 1913: de 10.5 bilhões de rublos em 1913. atingia apenas 2 bilhões de rublos em 1921. E crescera 453% em cinco anos para apenas voltar ao nível de antes da guerra mundial.²⁰⁷

²⁰⁷ NOVE, Alec. *Historia económica de la Unión Soviética*. 1973, op. cit., p. 98.

Nesta fase de recomposição da atividade econômica aos níveis verificados há uma década passada, a produção industrial foi financiada sobretudo pelo imposto em espécie, o qual vigiu entre 1921 e 1924, quando foi substituído por um imposto direto recolhido em dinheiro. A função mais representativa, e quase exclusiva, desempenhada pelo imposto em espécie diz respeito a criação do fundo de investimentos que esteve na raiz da reativação industrial, possibilitando, portanto, o funcionamento da indústria a níveis minimamente aceitáveis em face da situação desesperadora em que se encontrava o país no imediato pós guerra civil. O patamar industrial de 1913 foi atingido em 1926, e daí em diante pode ser afirmado que o desenvolvimento industrial tenderia a permanecer relativamente estagnado. A ameaça de estagnação sobrevinha da definição de uma primeira desproporção fundamental em gestação, a qual pode ser reconhecida como a primeira etapa do processo estrutural formador da crise congênita da economia soviética que seria conhecida mais explicitamente a partir dos anos 60.

Esta primeira desproporção localiza-se no plano macroeconômico e surge das relações entre os dois grandes setores do complexo econômico, alfas como conseqüência da simples discordância em considerá-los como partes integrantes de um mesmo sistema. A recomendável retroalimentação entre o setor privado (agricultura) e o setor estatal (indústria), foi substituída por uma orientação mais em proximidade com a auto-acumulação na agricultura. Ficava em segundo plano o desenvolvimento industrial extensivo, variável indispensável para a materialização das trocas entre cidade e campo, pois a indústria, e por conseqüência, a agricultura, deveria progredir em função da demanda pelos seus produtos gerada no interior da agricultura. É de extrema importância ressaltar que a necessidade de expansão da indústria na segunda metade dos anos 20 apresentava-se como uma premissa indiscutível para o fincamento das bases da futura e decisiva industrialização das atividades na zona rural como sugerira, sobretudo, Lenin quando avaliava a grande importância da cooperativização para o acentamento das bases do socialismo.

A lógica da acumulação rural era aquela relativa à lei do valor e à circulação mercantil. A determinação dos preços agrícolas, evidentemente, se conformava, então, com a intensidade dos fluxos mercantis orientando as atitudes daqueles que plantavam e comercializavam a produção agrícola. Nesse setor imperava com poucas restrições a atuação espontânea da lei da oferta e da procura, cabendo à mesma o papel de exclusivo elemento de decisão sobre a retenção e expansão da disponibilidade da produção agrícola aos demais ramos econômicos e restante populacional. Assim, devido à estagnação industrial, a oferta agrícola passaria a girar em função do ritmo próprio da economia camponesa.

Enquanto a atividade vinculada a agricultura conheceria seus limites de expansão por meio dos fundamentos estritamente econômicos ligados à acumulação privada, por outro lado, os limites da indústria seriam fixados de acordo com ditames do comando administrativo. E, em função da política econômica de Stalin para aquele período, a agricultura tinha liberdade para decidir até onde crescer, enquanto a indústria era de ante-mão orientada para não crescer.

Mas, como se sabe, a teoria econômica nos diz que, deixada ao seu próprio ritmo, a produção em bases estritamente mercantis cresce de acordo com as possibilidades de sua própria acumulação, a qual estará limitada pela sua própria oferta. Encontrando condições favoráveis para se expandir, uma determinada atividade econômica, denotada por um número atomizado de agentes em condições de livre concorrência, alargará sua oferta até o ponto em que a queda de seus preços, decorrente dessa mesma oferta em expansão, não colocar em questão o prosseguimento da acumulação interna. Em outras palavras, o preço de mercado tem nos custos de produção seu limite inferior. Uma vez que tenda a cair aquém deste, determinados expedientes são colocados em ação pelos agentes do mercado no sentido de soerguê-lo. Entre estes se encontram, por exemplo, a retenção da produção presente na forma de estoques, a contração da produção futura e, no caso particular da agricultura parcelar, o recuo drástico da atividade para o mero nível da auto-subsistência.

Conquanto esse seja um tratamento teórico adequado, a interpretação do movimento dos preços agrícolas na fase de reconstrução (1921-1926) deve ser adaptada para o plano dos preços relativos. Somente por meio desse método seria possível compreender porque embora a produção agrícola tenha praticamente dobrado em volume neste período, ainda assim, permanecera aquém do nível de 1913. Mais significativo ainda é a verificação de que os preços agrícolas absolutos evoluíram significativamente naquele quinquênio, em face da escassez relativa da oferta agrícola diante de uma demanda geral sempre adiante, o que provocara o enriquecimento acelerado de uma parcela considerável do campesinato, porém, insuficiente para evitar a estagnação da produção no triênio 1922-1924, permanecendo a mesma, neste período, em torno dos 52 milhões de toneladas a cada ano.²⁰⁸

A importância da escolha da análise dos preços relativos radica na possibilidade de ampliação da visão sobre as relações sociais entre os setores e ramos econômicos. Tudo, então, fica sintetizado em termos das relações entre

²⁰⁸ Idem. p. 98.

custos e produtividade, ou, melhor dizendo, em termos do consumo relativo de trabalho entre as várias esferas da economia, por sua vez, realçando a importância da planificação na composição da distribuição das despesas de trabalho por toda a sociedade.

No período de tempo correspondente à recuperação econômica da URSS, em que pese o caráter pré-capitalista de suas forças produtivas, a agricultura obtinha um índice de rendimento de trabalho superior ao da indústria. Esta, voltada apenas para a recuperação quantitativa, impossibilitada de recorrer às compras externas de bens de capital, reorganizava-se seguindo as trilhas da antiga moldura herdada da burguesia em 1917. A economia camponesa, operando com forças produtivas relativamente arcaicas, exigia recursos materiais imediatamente disponíveis em abundância (terra e mão-de-obra) para produzir de acordo com seu nível de desenvolvimento histórico. O contrário se passava com a indústria. Equipamento industrial, matérias primas e o proletariado ficaram relativamente escassos em consequência da destruição conhecida entre 1913 e 1920. Essas poucas forças produtivas reunidas em uma estrutura de proporcionalidades inadequadas, refletia o desinteresse com a criação de novos ramos e a insistência em seguir trabalhando em condições desvantajosas naqueles cujos produtos poderiam ser trazidos do exterior por preços mais em conta.

A produtividade do trabalho na indústria, pois, contraditoriamente, ficava muito abaixo daquela observada na agricultura, pressionando para a elevação dos preços industriais e tornando a relação de preços entre os dois setores mais favorável à indústria. O planejado mecanismo econômico embutido como expectativa que levou à adoção da NEP reunindo agricultura e indústria estatal sob a mediação do mercado, onde a economia camponesa atuaria como base para a industrialização, ficava inviabilizado em decorrência do desestímulo à aquisição de bens industriais por parte dos camponeses. Neste primeiro momento de predomínio do empirismo burocrático, os Kulaks e os comerciantes enriquecidos, na prática, passavam a determinar os rumos da vida econômica, colocando em risco a sorte das populações urbanas e dos demais ramos econômicos por conta da retenção das colheitas. Tal atitude resultava na tão representativa "fome de bens" que tanto afligiu a população e a economia soviética:

"(...) Em 1923-1924 a Oposição de Esquerda fez propostas concretas de como superar a 'tesoura de preços', com o objetivo de prevenir um agravamento das relações entre camponês e operário. Deveria ser dada prioridade ao incremento da produção de artigos industriais de consumo e máquinas agrícolas para o campo. Como forma de aumentar a produção industrial, a Oposição de Esquerda

*propôs um imposto progressivo sobre as camadas mais ricas da população, os homens da NEP e os Kulks. Ao mesmo tempo, a oposição propôs que o Estado abandonasse a meta de uma balança comercial favorável (o acúmulo de moeda). A meta deveria ser o equilíbrio entre exportação e importação e a utilização de parte do dinheiro acumulado para comprar máquinas do exterior com o objetivo de acelerar a industrialização. (...) Não obstante, Bukharin condenou esta política enquanto 'liquidação da NEP' e 'superindustrialização'. À luz do curso de Stalin, após 1928, e de suas próprias propostas em 1928-1929, este julgamento de Bukharin era um erro trágico. (...)"*²⁰⁹

À guisa de obtenção de maior precisão analítica deve-se identificar claramente os atores sociais que se vinculavam ao mecanismo de associação dos fenômenos econômicos às diretrizes ideológicas da teoria do socialismo num só país. Em primeiro lugar, o determinante da economia camponesa em termos do controle da oferta agrícola recai sobre aquele núcleo "dinâmico" caracterizado como a pequena burguesia agrária de posses relativamente elevadas. Nessa linha, a ampla maioria da população rural, que cultivava a terra em pequenas parcelas familiares e vendia sua própria força de trabalho para aqueles empresários agrícolas, pouca força dispunham para, por conta própria, alterar os rumos do excecute agrícola, sendo, antes, organizados pela franja camponesa abastada que procurava atingir seus objetivos de classe proprietária em formação.

Contribuia decisivamente para tal resultado a própria ineficiência da indústria, pois os milhões de pobres agrícolas situavam-se teoricamente como os membros prioritários do processo de cooperativização e coletivização. O melhor aproveitamento da força de trabalho desse imenso contingente populacional requisitava sua atuação racional em contato com produtos industriais. Quer dizer, a superação do parcelamento rural como forma arcaica de produção só poderia efetivar-se mediante uma oferta a contento de bens e produtos originados da indústria. Deparando-se com semelhante quadro de indigência, a tendência da ampla maioria do campesinato pobre era a de voltar-se para a produção de subsistência, para o aluguel de parte de suas terras para o Kulak e camponês médio e para a venda da sua força de trabalho para estes últimos. A inadequada e insuficiente oferta de produtos industriais mantinha a agricultura num estágio atrasado. Com isso, a política econômica aplicada resultava no enriquecimento do kulak num ritmo mais elevado do que a progressão da agricultura.

Enquanto aliado político reunidor de meios materiais, bem se vê, o kulak e o comerciante mais rico despontavam como os elementos do meio rural e pequeno

²⁰⁹ MANDEL, 1995, op. cit., p. 93.

burguês mais apropriados à sustentação política e material da burocracia. E em nome da garantia da liberdade do exercício da iniciativa privada sem grandes restrições, a grande maioria, que na prática poucas chances dispunham para ascenderem à condição de capitalistas individuais, era arrastada ao apoio burocrático por meios de mecanismos propagandísticos.

Para fins de melhor entendimento dos desdobramentos relativos ao conteúdo mercantil da NEP, conforme melhor explicitado por Lenin e Trotsky, não deve ser esquecido que a simples ação do mercado trás em si mesma a gênese da diferenciação social entre os indivíduos melhor sucedidos e aqueles menos eficientes, criando com isso, os meios para que os mais pobres venham a ser explorados pelos mais competentes. Este quadro se fazia presente, não apenas como suposição teórica, mas concretamente no espectro social em que se evidenciava a dialética da economia de transição. Sua aceitação como peça integrante da composição de um organismo econômico que visava fins socialistas, deveria ser encarada como uma excepcionalidade a ser relativizada. Dessa maneira, contra a inevitabilidade do aprofundamento das tendências da diferenciação, porém, estavam previstos nas diversas propostas de desenvolvimento econômico soviético certos procedimentos que se encaixavam na linha de superação gradativa do mercado pela generalização da indústria, o que solicitava uma política operária sistemática de apoio e aliança com os pequenos e médios camponeses, ao contrário do que era encaminhado pragmaticamente pela burocracia.

O atraso relativo da (re) industrialização soviética no período que vai de 1921 a 1925 tem, pois, sua representação mais expressiva no índice que mostra o grau da relação de preços entre os setores da economia. A constatação desse índice em níveis muito elevados a favor da indústria, ao tempo em que dá conta de uma estrutura industrial deformada, simultaneamente mostra a grande dificuldade da indústria em participar do mercado rural. Dessa maneira, enquanto a oferta industrial permanecia relativamente escassa frente aos requisitos para a expansão da agricultura, por outro lado, a oferta agrícola situava-se aquém das necessidades do consumo geral. Nesse cenário extremamente contraditório, era possível localizar a situação paradoxal em que o campesinato tendia a se recusar a vender sua produção, mesmo diante de uma demanda tão expressiva o suficiente para justificar a cobrança de preços mais elevados. Tratava-se, por isso, de uma deficiência estrutural, de uma questão de ausência de proporcionalidade adequada entre setores decisivos da economia: o desenvolvimento da agricultura encontrava no desenvolvimento industrial o seu limite.

O que vem à tona inapelavelmente é uma conseqüência da ação do mecanismo típico de regularização da economia no regime capitalista de produção: a crise. O procedimento particular conhecido como crise de superprodução na economia burguesa se processa por intermédio de um "acordo" entre os diferentes setores do sistema econômico, em face da produção total, relativamente à capacidade do mercado. Mesmo que se reconheça que esse tipo de solução espelha um processo de coordenação "inata", não seria recomendável ao socialismo utilizá-lo como instrumento de coordenação entre seus diversos setores. Na situação particular da NEP sob o comando de Stalin, a agricultura potencialmente preparada para crescer, diante da oferta inadequada de produtos industrializados, recolhia-se à sua esfera interna e arrastava consigo o restante da economia.

Essa realidade coloca bem nitidamente a importância capital da questão da proporcionalidade econômica. O crescimento quantitativo mais acentuado da indústria relativamente à agricultura no período em tela, em intensidade e volume, esconde o perfil qualitativo solicitado para a composição industrial em acordo com uma organização econômica voltada para o desenvolvimento para o socialismo como um todo sob os fundamentos originais da NEP. Não é difícil concordar, então, que a carência de bens agrícolas que se configuraria a partir de 1926, e que passava a colocar a burocracia em cheque, é, ironicamente, uma conseqüência direta da política de favorecimento do "camponês", quando o esperado seria, obviamente, o contrário:

"(...) O andamento da industrialização acelerava-se empiricamente segundo os impulsos exteriores, mas todos os cálculos eram brutalmente modificados no decorrer do trabalho, não sem um aumento extraordinário dos encargos gerais. Quando a oposição exigiu, a partir de 1923, a elaboração de um plano quinquenal, foi acolhida por escárnios dignos do pequeno-burguês que teme o 'salto para o desconhecido'. Em abril de 1927, Stalin afirmava ainda (...) que começar a construção da central elétrica do Dnieper seria, para nós o mesmo que o mujik comprar um gramofone em vez de uma vaca. Este aforismo resumia todo um programa. Não é supérfluo lembrar que toda a imprensa burguesa do universo, seguida pela socialista, acolhia com simpatia as acusações oficiais de romantismo industrial dirigidas à oposição de esquerda". ³¹⁰

O significado da homogeneização e do socialismo num país isolado sob a NEP identifica-se com um política econômica que apresenta o mercado e a acumulação privada como fenômenos econômicos predominantes e quase

³¹⁰ TROTSKY, 1980, op. cit., p. 24.

exclusivos. Internamente, em nome do socialismo, o capitalismo era estimulado como demonstração de inteligência prática e perspicácia política.

Em paralelo, no plano externo, absurdamente, o contato econômico com o capitalismo era rejeitado sob o argumento de que se formara um nova correlação de forças a nível mundial que punha inapelavelmente o socialismo em excludência com o capitalismo. Para a burocracia, a defesa do socialismo, reduzido, em sua visão estreita, ao espaço nacional soviético, deveria ter como sinônimo a postura de negação da participação da URSS na divisão internacional do trabalho que era solicitada em termos concretos e independentemente da onisciência do "guia genial dos povos". Quer dizer, mesmo dispondo da ditadura do proletariado, da propriedade social dos meios de produção e do monopólio do comércio exterior, o socialismo correria o risco de contaminação capitalista caso fosse adotada a opção das trocas "regulares" de mercadorias com as economias do mundo burguês.

4.3 A CONSOLIDAÇÃO DA AUTARQUIA: INDUSTRIALIZAÇÃO E COLETIVIZAÇÃO GUIADAS PELO EMPIRISMO

A bem conhecida e profunda modificação da política econômica stalinista iniciada em 1927 e consolidada na virada da década seguinte pode, à primeira vista, ser confundida como um rompimento com o teor lógico da doutrina seguida desde 1923. Na verdade, o "salto" levado adiante por Stalin de forma tão radical não representava nada mais do que um conjunto de medidas em total conformidade com a teoria do socialismo num só país. Pode ser avaliado, também, como um ajuste indispensável, uma mudança de curso obrigatória à preservação da burocracia como poder político dominante, sem que, para tanto, fosse necessário recorrer a uma outra invenção ideológica.

Sim, porque a estratégia da afirmação burocrática ancorada na política de favorecimento ao crescimento da pequena-burguesia acabou convergindo perigosamente para o seu contrário. A autonomia dos elementos mercantis resultara ampla o suficiente para ameaçar a manutenção da burocracia como controladora do poder. Esta ameaça decorria da situação contraditória representada, em simultâneo, pela presença e estímulo formal do uso da liberdade para o livre enriquecimento individual e pela frustração dos planos concretos de ascensão da pequena burguesia rica para a categoria de empresários capitalistas. A eliminação dos obstáculos que impediam a constituição definitiva do processo da acumulação ampliada do capital demandava, naturalmente, o fim da propriedade social dos meios de produção. Esta, ao mesmo tempo, como se sabe, estava para a burocracia como o próprio oxigênio para os seres vivos.

A margem de manobra adquirida pelos kulaks e pelos que controlavam a comercialização de bens de consumo de primeira necessidade tornou-se bastante respeitável. Por assim dizer, eles estavam dispostos a emperrar o caminho da casta burocrática em sua arremetida para a retenção definitiva do aparelho estatal. Contudo, para a burocracia, a salvação estava na reafirmação da teoria do socialismo num só país, entretanto, recorrendo não apenas aos expedientes econômicos, mas também, na mesma intensidade, aos mais sórdidos dispositivos da repressão e do autoritarismo político.

Quando a recusa da entrega dos cereais tornou-se um fato consumado e o caos ameaçava tomar conta do país, Stalin assumiu definitivamente o discurso da diferenciação interna. Em substituição à bandeira do "todo apoio ao kulak" vinha à tona uma nova caracterização das relações internas entre as classes. Era localizada agora uma intolerável presença capitalista que teria florescido com a NEP. A burocracia apontava essa diferenciação como uma espécie de traição à confiança depositada por ela própria na pequena burguesia. A resposta teria sido a mais indigna possível. Tornava-se questão de honra para Stalin, a pretexto de preservar o socialismo, a eliminação do kulak enquanto classe. E assim, não suprime que ele passasse a raciocinar em sintonia com uma nova concepção para o conceito de homogeneização, com a grande e absoluta diferença de que agora, em vez de uma formulação abstrata, como o fizera na época da NEP para tegiversar a respeito da realidade concreta carregada de heterogeneidade entre os elementos sociais, ela passaria a existir de fato, na realidade concreta, por meio de um mecanismo de imposição à ferro e fogo de um "igualitarismo" que acabaria por se revelar enquanto a face definitiva da autarquia stalinista.

No início de 1927 ainda era possível notar fragmentos do discurso oficial que ganhara notoriedade alguns poucos anos antes. Ainda podiam ser ouvidas as afirmativas retóricas que renovavam o credo na ampliação da industrialização através do mercado. Mesmo assim, medidas de estímulo à elevação da eficiência industrial não foram adotadas visando a queda dos preços desse setor no interesse da facilitação da aquisição de seus bens pela agricultura. Pelo contrário, em fevereiro daquele ano optou-se por uma medida administrativa que reduzia esses preços em 10% no varejo, atitude que antecipava as medidas extraordinárias que viriam em pouco tempo por meio da imposição. Concomitantemente, lojas privadas tinham suas portas cerradas e prisões de especuladores foram efetuadas. O resultado foi um elevado desaparecimento de mercadorias, fato este que não impediu que um membro do Politburo afirmasse em agosto que "*a redução dos preços em um período de escassez de mercadorias (era) uma grande conquista do princípio de planificação*".²¹¹

Em dezembro do mesmo ano a situação agravou-se de uma vez por todas, pois os camponeses venderam aos armazéns estatais apenas 50% do volume transacionado da mesma forma com relação ao mesmo período do ano anterior. Representava a gota d'água que Stalin necessitava para ampliar a aplicação das "medidas extraordinárias".

²¹¹ In DAVIES, R. H. *As opções econômicas da URSS*. in HOBBSBAWM et al. (orgs.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, vol. VII, p. 38.